

58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6", a partir de 14/05/2021.

6310.2021/0001685-6 - LUCIANA GALVÃO TRINDEADE FERREIRA e VICTOR TRINDEADE FERREIRA – À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** os pedidos constantes nos documentos SEI nº 046628490 e 046628822, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso II da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I e II, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b5", referente à Sra. LUCIANA GALVÃO TRINDEADE FERREIRA.

6310.2021/0001687-2 - ROSANA APARECIDA MATIELLO – À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 046555249, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea "b6".

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO 6067.2019/0009513-2
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA INSTAURADO EM FACE DA PESSOA JURÍDICA TABARÉU EQUIP. SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.408.502/0001-70
Despacho interno CGM/CORR/CPP-PAR-9 Nº 052923328
CGM/CORR - CPP-PAR-9
Senhores Comissários,

I - Considerando os indícios de falsidade do atestado de capacidade técnica emitido pela empresa TABARÉU EQUIP. SERVICE EIRELI em favor da CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (doc.SEI 017803072), claramente apontados no relatório da Sindicância processada nos autos do P.A 2017-0.150.948-9 (fls.247/256 do doc. SEI 016971264), bem como na Nota Técnica 057/2016/CGM-AUDI (fls.163/173 do doc. SEI 017028781), por intermédio do despacho interno do doc.SEI 050864967 foi determinada a intimação da Sra. ÉRICA SILVA TOLEDO, inscrita no CPF sob o nº 245.434.008-95, sucessora da pessoa jurídica extinta TABARÉU EQUIP. SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 00.329.206/0001-60, por intermédio de sua procuradora regularmente constituída, para que, no prazo de 10 dias corridos prestasse esclarecimentos e apresentasse documentos hábeis a comprovar a veracidade do documento emitido.

Em resposta, foi apresentada a petição do doc.SEI 051666698, por intermédio da qual a defesa esclarece que a Sra. Valéria Maia Cipullo Ribeiro era pessoa de confiança da Sra. ÉRICA SILVA TOLEDO e agia em conformidade com os interesses da defendente, e de acordo com suas orientações. No tocante aos documentos solicitados no despacho do doc. SEI 050864967, afirmou a defesa que todos os documentos que a lei não exige que sejam mantidos por longo período já foram destruídos, de modo que não poderão ser apresentados. No mais, reitera a defesa pedido para que sejam analisadas as preliminares arguidas, especialmente quanto à alegada inexistência de justa causa para a instauração do presente Processo de Responsabilização de Pessoa Jurídica, com a recomendação para a imediata extinção do feito.

No tocante aos argumentos apresentados na petição do doc.SEI 051666698, esclarece esta Comissão Permanente Processante que a solicitação constante do despacho interno do doc.SEI 050864967 tinha por objetivo apurar a verdade dos fatos, concedendo à defesa a oportunidade de comprovar a realidade dos serviços constantes do atestado de capacidade técnica mediante a apresentação de documentos efetivamente hábeis para tal fim. No mais, reiteram-se os fundamentos expostos no despacho interno do doc.SEI 049347685, ressaltando que todos os argumentos apresentados pela defesa serão detalhadamente apreciados no relatório final da Comissão Processante, após o encerramento da instrução probatória.

II - Considerando a juntada nos presentes autos de cópia integral do Memorando SEI 6067.2021/0018934-3 (docs. SEI 052919721 e 052919923), por intermédio da qual esta Comissão Permanente Processante solicitou da Assessoria de Produção de Informações e Inteligência (APRI) cópia das declarações RAIS dos anos de 2013 e 2014 apresentadas pela empresa TABARÉU EQUIP.SERVICE EIRELI (CNPJ 00.329.206/0001-60), intime-se a representante legal e única administradora da pessoa jurídica atualmente dissolvida, ÉRICA SILVA TOLEDO, CPF/ MF nº 245.434.008-95, por intermédio de sua procuradora, para a ciência dos documentos e apresentação de eventual manifestação, no prazo de 10 (dez) dias corridos;

III - Tendo em vista a juntada ao presente de cópias das ações judiciais nº 1000781-50.2015.8.26.0011 (doc. SEI 052920832), nº 0103400-65.1995.5.02.0053 (doc. SEI 052921063) e nº 1011867-52.2014.8.26.0011 (doc. SEI 052922141), das quais se extraem documentos que evidenciam que a tanto gestão da empresa TABARÉU EQUIP. SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 00.329.206/0001-60 quanto da empresa CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.668.194/0001-79 eram exercidas de fato por CLOBER TOLEDO, mediante a outorga de procurações públicas, e que ERICA SILVA TOLEDO foi funcionária da empresa CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA de 19/05/2004 a 21/03/2014, intime-se ÉRICA SILVA TOLEDO, CPF/ MF nº 245.434.008-95, por intermédio de sua procuradora, para a ciência dos documentos e apresentação de eventual manifestação, **no mesmo prazo de 10 (dez) dias corridos do item II deste despacho;**

IV - Publique-se o presente despacho no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, intimando-se a defesa na pessoa de sua defensora técnica constituída, fazendo constar expressamente o número do Processo SEI nº 6067.2019/0009513-2 e o nome da pessoa jurídica TABARÉU EQUIP. SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 00.329.206/0001-60, atualmente dissolvida e sucedida, na forma do art.14 da Lei Federal nº 12.846/2013 e art.19 do Decreto Municipal nº 55.107/2014 pela sua representante legal e única administradora ÉRICA SILVA TOLEDO, CPF/ MF nº 245.434.008-95. Sem prejuízo, envie-se cópia do presente despacho ao endereço eletrônico fabianafpbenini@gmail.com, constante do pedido de vistas acostado aos presentes autos (doc.SEI 043127486), com confirmação de recebimento, juntando-se ao presente cópia do referido e-mail;

V - Após, à custódia até a apresentação da petição de manifestação ou até o vencimento do prazo de 10 (dez) dias corridos dos itens II e III deste despacho, o que ocorrer primeiro. Depois, conclusos.

ADVOGADA: FABIANA FELIX PIRES BENINI (OAB/SP 387.782)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR) - 6067.2020/0014807-6

Despacho interno CGM/CORR/CPP-PAR-9 Nº 052927596.

DESPACHO
PROCESSO: 6067.2020/0014807-6

Interessada: ATACADÃO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.333/0001-09

I - Defiro o pedido formulado na petição do doc.SEI 052926968, concedendo à defesa prazo adicional de 5 (cinco) dias corridos para a apresentação das informações e documentos solicitados nos itens II e III do despacho interno do doc.SEI 052235975;

ADVOGADO: DR. SERGIO ROSENTHAL, OAB/SP 114.806

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E GESTÃO

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO

DESPACHOS EXARADOS PELO PROCURADOR COORDENADOR

6021.2021/0036783-6. Departamento de Desapropriações - DESAP. Pagamento de honorários periciais de Assistente Técnico. Sistemática Antiga. OUCAE . 1. Em face dos elementos que instruem o presente, em especial a manifestação exarada pelo Departamento de Desapropriações no doc. 051287346 e pela Assessoria Técnica da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização no doc. 051699866, das providências da SAF/DOG no doc. 052133005, à luz do disposto no Decreto nº 60.052/2021, da competência prevista no artigo 19, inciso V, do Decreto 57.263/2016, e pela Portaria PGM.G nº 24/2017, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho e Liquidação no valor de R\$ 7.517,85 (Sete mil e quinhentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), onerando a dotação nº 37.30.15.451.3009.5100.4.4.90.36.00.08 do orçamento vigente, conforme Nota de Reserva com Transferência n. 23.892/2021, no doc 050288430, objetivando promover o pagamento de serviços de assistente técnico prestados pela credora JUSSARA PIRES DOS SANTOS GARRELHAS, inscrita no CPF/MF sob nº 011.575.998-00, no âmbito da ação nos autos judiciais 1022880-19.2014.8.26.0053 da 11ª Vara de Fazenda Pública.

6021.2021/0031827-4. DEPARTAMENTO JUDICIAL. Pagamento de honorários de Assistente Técnico em perícia judicial. Cyro Luiz de Oliveira Chinellato 1. Em face dos elementos que instruem o presente, em especial a manifestação da Assessoria Técnica da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização no doc. 052556319, do Decreto nº 60.052/2021, no exercício da competência prevista pelo artigo 19, inciso V, do Decreto 57.263/2016, e pela Portaria PGM.G nº 24/2017 e Decreto nº 60.052/2021, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho e da Nota de Liquidação e Pagamento no valor de R\$ 3.311,12 (Três mil e trezentos e onze reais e doze centavos), onerando a dotação nº 21.10.02.062.3024.4817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, objetivando promover o pagamento em virtude dos serviços prestados pelo Assistente Técnico Cyro Luiz de Oliveira Chinellato, inscrito no CPF/MF sob nº 011.307.898-61, nos autos judiciais do processo 0036430-69.2012.8.26.0053 da 5ª Vara de Fazenda Pública.

7010.2021/0006184-5. Prodam. Pagamento de compensação financeira de despesa de exercício anterior com a Prodam, decorrente dos efeitos do Decreto nº 58.576/2018 e seu anexo Único. I - Em face dos elementos de convicção que instruem o presente, notadamente das manifestações da PGM/NIT no doc. 046816660, da Divisão de Contabilidade no doc. 046883513, e da Divisão de Orçamento e Gestão no doc. 052655563, à luz do disposto no Decreto nº 60.052/2021, da competência estatuída pelo artigo 19, inciso V, do Decreto nº 57.263/2016, pela Portaria PGM.G nº 24/2017, e em atendimento ao que dispõe o Decreto nº 57.630/2017, **RECONHEÇO** a dívida existente em favor da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo-PRODAM, inscrita no CNPJ sob o nº 43.076.402/0001-61, no valor total de R\$ 232.301,83 (Duzentos e trinta e dois mil e trezentos e um reais e oitenta e três centavos), relativa a compensação financeira solicitada pela empresa em 30/4/2021, decorrente do pagamento com atraso de notas fiscais do Contrato nº 008/PGM/2017, ocasionado pelos efeitos do Decreto nº 58.576/2018 e seu Anexo Único, no período de 23/1/2019 a 20/10/2020, sendo que no exercício de 2020 existiam recursos empenhados suficientes para o pagamento da despesa ora reconhecida, através dos Empenhos nºs 72.639/2020 e 81.859/2020.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2021/0074774-8

PORTARIA Nº 462/2021-SMS.G

Estabelece critérios para a retomada integral do atendimento presencial de consultas, exames e procedimentos na Rede de Atenção Básica, revoga a Portaria 286 de 23 de junho de 2021 e revoga a Portaria 116 de 5 de março de 2021.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a situação epidemiológica atual de pandemia de COVID-19;

Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020, que declara a situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

Considerando a necessidade de garantir o atendimento adequado à população, seguindo as linhas de cuidado com atenção às medidas de prevenção e redução dos riscos de infecção pelo novo coronavírus de servidores e usuários que frequentam os Equipamentos de Saúde;

Considerando a Campanha de Vacinação para a imunização da população contra a COVID-19, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Imunização;

Considerando o avanço a Campanha de Vacinação para a imunização da população contra a COVID-19, atingindo 106,7% da população adulta acima de 18 anos e 94,7% da população jovem de 12 a 17 anos com pelo menos a primeira dose de vacina.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinada a retomada integral do atendimento presencial de consultas, exames e procedimentos nas Redes de Atenção Básica, na forma especificada a seguir, sendo certo que deverão ser mantidos a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais cobrindo nariz e boca, o uso adequado de EPIs pelos profissionais de saúde, a manutenção do distanciamento mínimo de dois metros entre as pessoas, a higienização frequente das mãos, a proibição de aglomeração e o estabelecimento de áreas específicas para atendimento/isolamento de pacientes sintomáticos respiratórios ou suspeitos/confirmados de COVID-19:

Art. 2º. NA ATENÇÃO BÁSICA:

A estrutura do agendamento para atendimento presencial do profissional médico e equipe multiprofissional (educador físico, terapeuta ocupacional fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, farmacêutico, fonoaudiólogo, assistente social) deverá disponibilizar 100% do número previsto para a categoria profissional. A agenda deve ser planejada otimizando o agendamento das prioridades e com olhar para as demandas reprimidas durante a restrição dos atendimentos devido a pandemia.

As agendas para os atendimentos odontológicos presenciais (UBS e UOM) devem ser mantidos seguindo orientações

em “Diretrizes para Saúde Bucal em Tempo de COVID-19”, com a orientação da redução do número de consultas e otimização do tempo clínico, possibilitando o retorno das consultas presenciais aos usuários em suas demandas clínicas e de prótese, intercalados com as demandas espontâneas de urgência que já estavam sendo atendidas, seguindo as normas de biossegurança estabelecidas, conforme orientações de reorganização dos serviços odontológicos.

As Teleconsultas podem ser consideradas como estratégia de atendimento à população, não substituindo as consultas presenciais;

Todas as Teleconsultas deverão ser registradas no prontuário dos pacientes com apontamento obrigatório da queixa e duração (QD), hipótese diagnóstica (HD), conduta, data e horário do atendimento com carimbo e assinatura do profissional na evolução;

Não se aplica o previsto nesta Portaria à categoria profissional da enfermagem, por estar empenhada na organização e aplicação da imunização contra COVID-19 e suas atividades correlatas.

Parágrafo primeiro: Todo usuário que procurar a Unidade sem agendamento deve ser acolhido, avaliado e atendido em sua necessidade em saúde.

Parágrafo segundo: Manter todos os atendimentos, preservando as diretrizes preconizadas pela vigilância sanitária, obedecendo às medidas de segurança do usuário e equipe assistencial no atual cenário pandêmico.

Art. 3º. NOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA:

Os serviços de saúde que prestam assistência especializada complementar, conveniados e contratualizados com a Secretaria Municipal da Saúde devem manter o atendimento clínico, cirúrgico e diagnóstico complementar em 100% de suas agendas (Portaria 333/2021/SMS).

Art. 4º. Cada serviço (UBS, Ambulatório, Hospital, UPA, AMA, PS e outros) deve manter seus profissionais para prestar assistência a 100% das intercorrências de urgência e emergência relacionadas ou não à COVID-19, assim como os demais procedimentos, durante todo o período de funcionamento do serviço.

Art. 5º. Os atendimentos coletivos em grupos presenciais devem ser retomados, podendo também serem realizados de forma virtual seguindo as recomendações abaixo:

As atividades coletivas em grupo não terão mais restrição de quantitativo de participantes;

Manter o distanciamento físico de 2 metros entre os participantes;

Manter rigorosamente os protocolos para a prevenção da COVID-19, como o uso de máscaras durante toda a atividade, que deverá ocorrer, preferencialmente, em locais ao ar livre ou bem ventilados e utilização de álcool gel;

Art. 6º. As capacidades em serviço que estejam ligadas às prioridades e de acordo com planejamento local de modo que não ocorra impacto na assistência podem ser retomadas, seguindo rigorosamente os protocolos preventivos.

Art. 7º. As visitas domiciliares deverão ser mantidas como ponto importante do cuidado, sendo necessária a organização das prioridades, e também devem ser realizadas para as demais situações que se fizerem necessárias, respeitando as orientações de biossegurança.

Art. 8º. Para os pacientes em Oxigenoterapia Domiciliar (ODP), as visitas realizadas por fisioterapeutas devem ser retomadas, podendo também serem operacionalizadas por telemonitoramento em casos excepcionais por solicitação da família. Nas visitas que forem realizadas, tanto pelas fisioterapeutas como nos casos de instalação, entrega, reparo de equipamentos e substituição de peças ou equipamentos, as contratadas devem empregar os meios de proteção recomendados pela vigilância em saúde do município aos seus profissionais.

Art. 9º. As ações comunitárias no território estão mantidas e direcionadas de acordo com a “Recomendação Técnica de Manejo Comunitário na COVID-19”, disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/30072020_RECOMENDACAO_TECNICA_MANEJO_COMUNITARIO_NA_COVID_v2_corrigido.pdf e segundo análise do cenário epidemiológico da COVID-19.

Art. 10. Para a organização da assistência deve-se considerar a intensificação da limpeza e desinfecção dos equipamentos, respeitando todas as normas de biossegurança, conforme diretrizes estabelecidas.

Art. 11. Revogada a Portaria nº 286 de 23 de junho de 2021.

Art. 12. Revogada a Portaria nº 116 de 5 de março de 2021.

Art. 13. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser atualizada conforme o cenário epidemiológico determinante.

PROCESSO: 6110.2020/0028011-2

PORTARIA Nº 015/2021-SMS/SEAH

Revoga a Portaria nº 015/2020/SMS/SEAH

Considerando a competência da PROCED para processamentos dos procedimentos de Sindicância, conforme art. 102, inciso II, alínea c) do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

Considerando que a Portaria nº 15/2020/SMS.SEAH se tornou inócua frente à competência acima explanada.

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 15/2020/SMS.SEAH, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 09 de dezembro de 2020, pág. 19, com efeitos a partir da data da publicação desta Portaria.

PROCESSO: 6110.2020/0024553-8

PORTARIA Nº 016/2021-SMS/SEAH

À vista dos elementos constantes do processo SEI nº 6110.2020/0024553-8, em especial a manifestação do Diretor do Departamento Técnico do Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio, bem como da Assessoria Jurídica, e considerando a necessidade de atualizar a Comissão de Recebimento de Materiais da Unidade, a Secretária Executiva Adjunta da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas pela Lei Municipal nº 17.433/2020 e do Decreto Municipal nº 59.685/2020,

RESOLVE:

I - Alterar a composição da Comissão com os servidores a seguir discriminados:

HOSPITAL MUNICIPAL DR. CARMINO CARICCHIO

Nome – RF – Setor

José Carlos Ingrund 503.033.1/5 Diretoria Técnica
Roseli Gustavo 314.478.0/2 Gerência Administrativa
Cleide Cruz Carneiro 830.149.2/2 Gerência Administrativa
Oswaldo Pereira Porto 318.624.5/3 Adiantamento Bancário
Oswaldo Pereira Porto 318.624.5/3 Engenharia Hospitalar
Caio Henrique Pedro Ferreira 829.793.2/2 Almoarifado
Claudia Renata Xavier de Souza 828.765.1/2 Almoarifado
Cristiane Sampaio de Oliveira 829.953.6/2 Almoarifado
Elvis César Sousa Silva 830.742.3/2 Almoarifado
Eric José Tramaço do Nascimento 830.824.1/2 Almoarifado
Gilberto Lima da Silva 831.228.1/3 Almoarifado
José Benedito da Silva 832.028.4/2 Almoarifado
Levi Pasqual 832.437.9/2 Almoarifado
Luana Morais Silva Nascimento 832.230.9/2 Almoarifado
Maurício Hideshi Yamai 833.558.3/2 Almoarifado
Patrícia Auxiliadora de Castro Reis 833.874.4/2 Almoarifado

Rosecler Marin Soares da Silva 606.534.1/3 Almoarifado
Sílvia da Silva 703.039.8/3 Almoarifado
Susete Rosa da Cruz 517.241.1/4 Almoarifado
Araldo Pereira Pires 829.879.3/2 CPD
Bruno Tonhiasino Neto 717.910.3/3 CPD
Eliseu Rosa Castilho 831.014.9/2 CPD

Jefferson Rodrigues Pereira 832.141.8/2 CPD
Suzana Clara Perobelli 835.047.7/2 CPD
Érika Minghetti da Silva 830.920.5/2 Centro Cirúrgico
Rosa Emi Ishii Oshiro 834.130.3/2 Centro Cirúrgico
Shirley dos Santos Maria 565.127.1/3 Centro Cirúrgico
Adriana Felix Dreger Rocha 647.544.2/1 Gasoterapia
Alex de Souza Andrade 829.025.3/2 Gasoterapia
Daniel Euclides da Silva Martins 830.166.2/2 Gasoterapia
Jameson França Lins 831.618.0/2 Gasoterapia
Adam Lopes Ribeiro 829.150.1/2 Farmácia
Amilton Cesar Gomes 829.496.8/2 Farmácia
Cintia Araújo de Souza 830.285.5/2 Farmácia
Cristina Tieko Takayasu 830.025.9/2 Farmácia
Jessica Aparecida dos Santos Lemos 832.147.7/2 Farmácia
Laurina Soares da Silva 832.288.1/2 Farmácia
Marly Tenório Trajano 833.491.9/2 Farmácia
Maurício Maciel do Nascimento 833.559.1/2 Farmácia
Nair Lima Guimarães da Silva 833.866.3/2 Farmácia
Nicholas Takamoto Leal da Silva 833.659.8/2 Farmácia
Oswaldo Cantadeiro Junior 833.830.2/2 Farmácia
Roberta Fernandes Couto 878.282.2/2 Farmácia
Thais Scarlate Cavalcante 834.903.7/2 Farmácia
Vedilaine Aparecida Bueno da Silva 835.313.1/2 Farmácia
Ana Lucia Pereira Moreira 602.889.6/2 Nutrição
Juliana Aparecida R. de Andrade Corunha 831.894.8/2

Nutrição
Daniel Lopes Silva 830.173.5/2 Engenharia Clínica
Edilberto Lopes da Silva 518.784.2/2 Engenharia Clínica
José Godoy Neto 832.057.8/2 Engenharia Clínica
II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 009/2021 – SMS/SEAH publicada no DOC em 20/05/2021 – pág. 13.

PROCESSO Nº 6018.2021/0074852-3

PORTARIA Nº 460/2021-SMS.G

Constitui a Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, e define suas atribuições para os chamamentos públicos a serem realizados no exercício de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 5º da Lei Municipal nº14.132/06, bem como no artigo 35 do Decreto Municipal nº52.858/11, relativo ao processo de seleção de Organizações Sociais,

RESOLVE:

Art. 1º – Constituir a Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, e definir suas atribuições para os chamamentos públicos a serem realizados no exercício de 2021.

Art. 2º – A Comissão será composta pelos seguintes membros:

a) Luis Fernando Dinamarca Parra – RF: 878.139-7 – Presidente;
b) Carolina Gonçalves Ferreira de Oliveira – RF: 883.349-4 – Membro Titular;
c) Henrique Silva Pires – RF: 831.650-3 – Membro Titular;
d) Sabrina Maradei Silva – RF: 795.187-6 – Presidente Suplente;
e) Carla Viviane Araujo Rodrigues – RF: 880.490-7 – Membro Suplente;
f) Rafael Thomaz de Castro Ramos – RF: 834.251-2 – Membro Suplente.

Art. 3º – A Comissão terá as seguintes atribuições:

I - receber os documentos e programas de trabalho previstos no edital de chamamento público;

II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital de chamamento público, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;

III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;

IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões;

V - instituir Comissões de Apoio das áreas técnicas correspondentes, para análise dos documentos técnicos apresentados.

Parágrafo único – A Comissão Especial de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligência para verificar a autenticidade das informações apresentadas ou para dirimir e esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, substituindo expressamente as Portarias nº070/2021-SMS e nº162/2021-SMS.

PROCESSO: 6018.2021/0071868-3

PORTARIA Nº 014/2021-SMS/SEAH

RERRATIFICAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

DESPACHO DA SECRETARIA EXECUTIVA

À vista dos elementos constantes do presente, RERRATIFICO as alíneas f) e h) do item IV da Portaria nº 014/2021-SMS/SEAH, publicada no DOC/SP na edição de 29 de setembro de 2021, pág. 25, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: f) Termo de Aditamento, a ser devidamente formalizado e assinado pelas partes, contendo o cronograma de execução físico-financeiro para o período de Abril a Junho de 2021, se for o caso;

Leia-se: f) Termo de Aditamento, a ser devidamente formalizado e assinado pelas partes, contendo o cronograma de execução físico-financeiro para o período de Outubro a Dezembro de 2021, se for o caso;

Onde se lê: h) Com período razoável de antecedência em relação à expiração do prazo previsto no inciso I, deverá ser pactuado com as entidades, segundo diretrizes orçamentárias, financeiras e assistenciais, novo Plano de Trabalho e Orçamento para o segundo trimestre do exercício de 2021.

Leia-se: h) Com período razoável de antecedência em relação à expiração do prazo previsto no inciso I, deverá ser pactuado com as entidades, segundo diretrizes orçamentárias, financeiras e assistenciais, novo Plano de Trabalho e Orçamento para o quarto trimestre do exercício de 2021.

PROCESSO 6018.2020/0076167-6

Despacho Autorizatório

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no §5º do art. 42 da Lei Federal nº 8.666/93, AUTORIZO o Aditamento ao Contrato nº 010/2020/SMS-1/CONTRATOS celebrado com pessoa jurídica de direito privado privado TETRA-BASE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrit